

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES



**DOCUMENTOS**

**DA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Aprovado**

Órgão Executivo: Reunião de 10/04/2008

Órgão Deliberativo: Reunião de 21/04/2008

**Ano Financeiro de 2007**



**13 – RELATÓRIO DE GESTÃO**

## RELATÓRIO DE GESTÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### ÍNDICE

#### I – Introdução

1.1 – Enquadramento Geral.....	2
1.2 – Apresentação Geral do Relatório para o Ano de 2007.....	3

#### II – Actividade desenvolvida em 2007

2 – Objectivos e Prioridades Definidas e seu alcance neste Ano.....	4
---	---

#### III – Estrutura Orçamental

##### 3.1 – Execução Global do Orçamento

3.1.1 – Execução Orçamental da Receita.....	4
3.1.2 – Execução Orçamental da Despesa.....	5

##### 3.2 – Análise das Receitas

3.2.1 – Estrutura Económica e Evolução das Receitas.....	8
3.2.2 – Estrutura das Receitas Tributárias.....	11
3.2.3 – Conceitos da Receita.....	12

##### 3.3 – Análise das Despesas

3.3.1 – Estrutura Económica e Evolução das Despesas.....	13
3.3.2 – Estrutura do Investimento – Plano Pluri. de Investimentos..	16
3.3.3 – Análise das Despesas com o Pessoal.....	17
3.3.4 – Serviço da Dívida.....	18
3.3.5 – Evolução do Endividamento.....	19
3.3.6 – Classificação Funcional das Despesas Autárquicas.....	20
3.3.7 – Grandes Opções do Plano.....	21

#### IV – Desempenho Económico – Financeiro

4.1 – Análise da Estrutura do Balanço.....	23
4.2 – Análise da Estrutura de Demonstração de Resultados.....	26



## I – Introdução

### 1.1 – Enquadramento Geral

Um dos instrumentos essenciais de controlo de gestão é o sistema de contabilidade, que deve proporcionar informação de qualidade sobre o desempenho da gestão autárquica e sobre a boa gestão dos fundos públicos.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais, visa a uniformização e simplificação da gestão económico – financeira, permitindo o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da actividade do Município.

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2007, para que dentro dos prazos previstos da nova Lei das Finanças Locais, isto é, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, sejam apreciados os documentos de Prestação de Contas.

Neste sentido, a apresentação do Relatório de Gestão tem como objectivos:

- a) Explicitar os níveis de execução atingidos procurando referir os aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, ao nível das receitas, das despesas e da tesouraria;
- b) Apresentar a situação económica relativa ao exercício através da análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia, nomeadamente no que respeita ao Investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos e condições de funcionamento;
- c) Analisar a situação financeira da autarquia, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço inicial, o balanço final de 2007 e a demonstração de resultados.

O Orçamento Municipal para o ano de 2007, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovado pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em 23 de Dezembro de 2006.

Importa referir que, embora a contabilidade de custos seja obrigatória para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, a mesma não foi ainda implementada face às várias carências, a saber: pessoal qualificado na área específica, formação, reorganização da estrutura municipal e aposta em novos sistemas informáticos integrados.



## 1.2 – Apresentação Geral do Relatório para o Ano de 2007

O Relatório de Gestão apresenta os objectivos definidos pelo Município, os meios e os métodos utilizados na execução das actividades e a avaliação dos resultados obtidos. Encontra-se estruturado da seguinte forma:

II – Actividade desenvolvida em 2007;

2 – Objectivos e Prioridades Definidas e seu alcance neste Ano

III – Estrutura Orçamental

### 3.1 – Execução Global do Orçamento

3.1.1 – Execução Orçamental da Receita

3.1.2 – Execução Orçamental da Despesa

### 3.2 – Análise das Receitas

3.2.1 – Estrutura Económica e Evolução das Receitas

3.2.2 – Estrutura das Receitas Tributárias

3.2.3 – Conceitos da Receita

### 3.3 – Análise das Despesas

3.3.1 – Estrutura Económica e Evolução das Despesas

3.3.2 – Estrutura do Investimento – Plano Plurianual Investimentos

3.3.3 – Análise das Despesas com o Pessoal

3.3.4 – Serviço da Dívida

3.3.5 – Evolução do Endividamento

3.3.6 – Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

3.3.7 – Grandes Opções do Plano

IV – Desempenho Económico – Financeiro

4.1 – Análise da Estrutura do Balanço

4.2 – Análise da Estrutura da Demonstração de Resultados

Este relatório pretende proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício económico de 2007, demonstrando a eficiência da utilização dos meios afectos à prossecução das actividades desenvolvidas pela Autarquia Local e eficácia dos objectivos propostos.



## II – Actividade desenvolvida em 2007

### 2 – Objectivos e Prioridades Definidas e seu alcance neste Ano

O Planeamento Municipal resulta de um processo interactivo, desencadeado a partir da estratégia definida para o Município. Assim, o Município de Marco de Canaveses definiu, tendo em conta as linhas directivas dos autarcas eleitos, um plano plurianual de investimentos retratado nos documentos previsionais cuja análise do grau de execução será apresentada neste relatório para o ano de 2007.

Neste sentido, e tendo em conta o carácter técnico deste relatório, o Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano permitem uma visão global dos investimentos e principais actividades a desenvolver, ou seja, revelam os objectivos e as prioridades definidas pela Autarquia para o ano de 2007 e em alguns casos diferidos num horizonte temporal plurianual.

## III – Estrutura Orçamental

### 3.1 – Execução Global do Orçamento

#### 3.1.1 – Execução Orçamental da Receita

As receitas das autarquias locais regem por códigos de classificação económica que se repartem por dois grandes agregados: *receitas correntes* e *receitas de capital*.

A comparação entre as previsões orçamentais corrigidas e os montantes executados da Receita e da Despesa são apresentados em termos absolutos no Quadro n.º 1 e n.º 2, que se seguem:

Quadro I - Resumo da Execução da Receita Orçamental para o ano 2007

Unid: Euro

rubrica da Receita	ORÇAMENTO	%	EXECUÇÃO	%	Desvio	Taxa de Execução
Saldo Gerência anterior	2.807.617,42		2.807.617,42			
Receitas Correntes	18.258.050,00	67,03	18.018.027,28	80,33	- 240.022,72	98,7%
Receitas de Capital	8.979.420,00	32,97	4.964.207,72	19,67	- 4.015.212,28	55,3%
Outras receitas	500,00		134.444,71			
<b>Receitas Totais</b>	<b>30.045.587,42</b>	<b>100,00</b>	<b>25.924.287,13</b>	<b>100,00</b>	<b>- 4.121.290,29</b>	<b>86,3%</b>

O quadro I revela, ao nível da Receita Corrente, um índice de cobrança superior a 80% cifrando-se nos 80,3 %. No que concerne a Receita de Capital a diferença verificada entre orçamento final (€ 8.979.420,00) e o valor efectivo das cobranças (€ 4.964.207,72) traduziu-se num desvio negativo de € 4.015.212,28, representando um grau de execução de 55,3%.

O valor total da Receita realizado cifrou-se no montante de cerca de 25,9 milhões de euros, sendo inferior ao orçamentado em 4,1 milhões de euros, apresentando

um desvio de cerca de 13,7%. Da execução orçamental apresentada, consta a contribuição do saldo da gerência anterior e outras receitas, no montante de € 2.807.617,42.

Para os resultados de execução orçamental apresentados, contribuíram, maioritariamente, as receitas correntes, atingindo praticamente os montantes previstos em orçamento, ficando abaixo em cerca de 240 mil euros. As receitas de capital situaram-se abaixo dos valores orçamentados; representando, respectivamente, 80,33% e 19,67% do total da receita arrecadada.

Em termos absolutos, a taxa de execução da receita total é de 86,3%, a qual em termos percentuais é superior à taxa de execução da despesa no valor de 72,9% como se pode verificar pelo quadro II.

### 3.1.2 – Execução Orçamental da Despesa

Ao analisar-se a Despesa, no ano económico de 2007, constata-se uma redução dos valores executados comparativamente ao orçamento final, mais concretamente nas despesas de capital com um desvio de 6,4 milhões de euros. Esta diminuição é explicada pela morosidade na aprovação dos processos referentes às candidaturas de investimentos com participações, nomeadamente a atribuição de alguns vistos pelo Tribunal de Contas adiados para o ano económico de 2008.

As despesas correntes realizadas representam 81,04% da despesa total, o que evidencia o maior peso da despesa corrente no orçamento global, representando a despesa de capital 18,96 %.

Quadro II - Resumo da Execução da Despesa Orçamental para o ano 2007

Unid: Euro

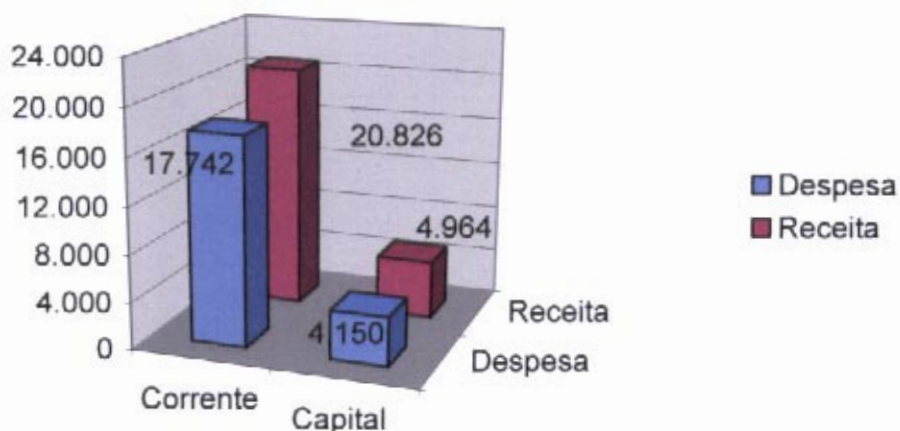
rubrica da Despesa	ORÇAMENTO	%	EXECUÇÃO	%	Desvio	Taxa de Execução
Despesas Correntes	19.495.438,87	64,89	17.742.272,41	81,04	- 1.753.166,46	91,0%
Despesas de Capital	10.550.148,55	35,11	4.150.395,08	18,96	- 6.399.753,47	39,3%
<b>Despesas Totais</b>	<b>30.045.587,42</b>	<b>100,00</b>	<b>21.892.667,49</b>	<b>100,00</b>	<b>- 8.152.919,93</b>	<b>72,9%</b>

A despesa paga totalizou cerca de 21,9 milhões de euros, representando uma elevada taxa de execução de 72,9%.

As despesas correntes foram totalmente financiadas pelas receitas correntes, sendo a razão entre estes dois agregados orçamentais, neste ano de 2007, de 85,19%. Saliente-se que a Despesa Corrente teve, em termos efectivos, maior peso no Orçamento global que a Despesa de Capital, como se pode constatar ao analisar a Figura I.

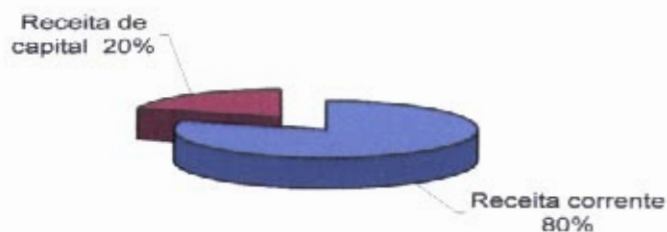


**Figura I**  
**Receita e Despesa efectivas no ano de 2007**

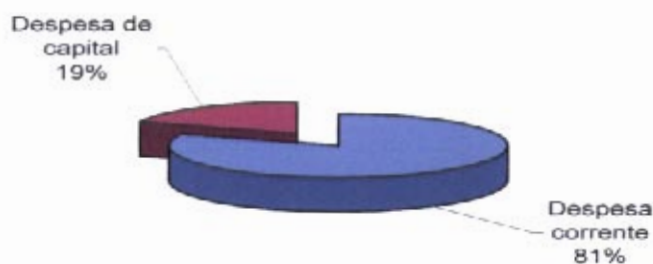


Os gráficos a seguir apresentados ilustram a análise individual das estruturas da Receita e da Despesa e que revela o maior peso da componente corrente em detrimento da componente capital nos dois agregados económicos.

**Figura 2**  
**Estrutura da Receita**



**Figura 3**  
**Estrutura da Despesa**



Na análise sectorial deste relatório serão explanadas as razões que justificam estes níveis de execução.



## Quadro III - Estrutura das Receitas arrecadadas e das Despesas realizadas para o ano 2007

(Un.:euro)

RECEITAS	VALOR	%	DESPESAS	VALOR	%
Saldo Gerência anterior	2.807.617,42				
<b>Receitas Correntes</b>	<b>18.018.027,28</b>	<b>80,33%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>17.742.272,41</b>	<b>81,04%</b>
Impostos directos	4.347.978,45	16,77%	Pessoal	6.436.816,81	29,40%
Impostos indirectos	236.396,07	0,91%	Aquisição de bens e serviços	6.686.840,00	30,54%
Taxas, multas e outras penalidades	577.748,69	2,23%	Transferências correntes	2.187.309,95	9,99%
Rendimentos de propriedade	1.312.344,05	5,06%	Outras despesas correntes	187.811,92	0,86%
Transferências correntes	11.107.202,70	42,84%	Juros e outros encargos	2.243.393,73	10,25%
Venda de bens e serviços	394.370,69	1,52%			
Outras Receitas Correntes	41.986,63	0,16%			
<b>Receitas de Capital</b>	<b>5.098.652,43</b>	<b>19,67%</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.150.396,08</b>	<b>18,96%</b>
Venda de bens de investimento	0,00	0,00%	Aquisição de bens de capital	2.850.928,00	13,02%
Transferências de capital	4.984.207,72	19,15%	Transferências de capital	405.645,26	1,85%
Passivos financeiros	0,00	0,00%	Outras despesas de capital	1.250,00	0,01%
Outras receitas de capital	0,00	0,00%	Passivos financeiros	892.571,82	4,08%
Reposições não abatidas nos pagamentos	134.444,71	0,52%			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.924.297,13</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>21.892.667,49</b>	<b>100,00%</b>

A evolução das diferentes componentes da Receita e da Despesa acima discriminadas serão objectos de análise posterior.

No entanto, convém uma chamada de atenção para a forte dependência no lado da Receita das Transferências correntes, totalizando € 11.107.202,70, tendo contribuído em 42,84% para a dotação global do Orçamento.

No que concerne as receitas fiscais, estas contribuíram apenas com 19,91% para o Orçamento Municipal.

As Transferências de capital representaram a origem de fundos municipais mais importante em termos de capital, representando 19,15% do Orçamento Municipal.

Ao nível das despesas, verifica-se também o maior peso da componente corrente, representando o Pessoal e as Aquisições de bens e serviços 59,95% das despesas totais, em detrimento das despesas de capital que representam em termos de investimento apenas 18,96%.

### 3.2 – Análise das Receitas

#### 3.2.1 – Estrutura Económica e Evolução das Receitas

Apresenta-se no quadro que se segue os valores relativos à Receita arrecadada no ano de 2007 comparando-a com o período homólogo de 2006.

Quadro IV - Evolução da Receita arrecadada nos anos de 2006 e 2007

Unid: Euro

Rubrica da Receita	2006	2007	Grau Exec. 2006	Grau Exec. 2007	Variação % por rubrica
Saldo Gerência anterior	1.170.831,85	2.807.617,42	100,000	100,000	139,80
Impostos directos	3.901.827,11	4.347.978,45	119,763	123,416	11,43
Impostos indirectos	336.001,81	236.396,07	57,217	61,873	-29,43
Taxas, multas e outras penalidades	492.592,50	577.748,69	77,518	123,059	17,29
Rendimentos de propriedade	1.276.716,67	1.312.344,05	20549,117	85,874	2,79
Transferências correntes	8.274.876,40	11.107.202,70	95,828	104,894	34,23
Venda de bens e serviços correntes	259.801,12	394.370,69	15,819	106,086	51,80
Outras receitas correntes	89.710,35	41.986,63	6,554	3,011	-53,20
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>15.801.357,81</b>	<b>20.825.644,70</b>	<b>90,696</b>	<b>98,685</b>	<b>31,80</b>
Venda de bens de investimento	43.099,91	0,00	1436,664	0,000	-100,00
Transferências de capital	5.140.347,08	4.964.207,72	89,455	55,629	-3,43
Passivos Financeiros	0,00	0,00	-	-	-
Outras receitas de capital	0,00	0,00	-	-	-
Reposições não ab. pagamentos	486,00	134.444,71	97,200	26888,942	27563,52
<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>5.183.932,99</b>	<b>5.098.652,43</b>	<b>89,915</b>	<b>55,284</b>	<b>-1,65</b>
<b>Total</b>	<b>20.985.290,80</b>	<b>25.924.297,13</b>	<b>90,410</b>	<b>84,746</b>	<b>23,54</b>

Importa referir que o **Saldo da Gerência Anterior** foi no valor de € 2.807.617,42 para o ano de 2007, e representa um aumento exponencial de 139,80% face ao saldo de Gerência Anterior do ano de 2006, e reflecte a capacidade e a manutenção do esforço por parte do Órgão Executivo em criar poupança financeira para fazer face ao plano de investimentos definido.

O Saldo da Gerência anterior de 2007, que acaba por representar 10,8% da Receita Total, e contribuiu para assegurar um crescimento dos valores arrecadados de Receita Total face ao ano anterior, verificando-se um aumento de 23,54% no ano económico de 2007.

A não consideração deste Saldo da Gerência Anterior traduzir-se-ia numa diminuição significativa do crescimento da receita orçamental no ano de 2007 face ao período homólogo de 2006, quer ao nível corrente, quer em termos de valor total de Receita de (+14,03%) e (+10,16%), respectivamente.

As receitas de natureza corrente sofreram um aumento em termos globais de + 31,80% que importa analisar por rubricas.

A rubrica **Rendimentos de Propriedade** apresenta o valor de € 1.312.344,05 que corresponde maioritariamente à receita arrecadada proveniente das rendas referentes à E.D.P, no âmbito do contrato de concessão de energia eléctrica, anteriormente considerado nas Vendas de Bens e Serviços, o que justifica os valores apresentados nestas rubricas. Os montantes apresentados em 2007

tiveram um aumento de 2,79%, que reflectiu basicamente o ajustamento dos preços à taxa de inflação.

No que se refere às **Receitas tributárias** verifica-se um aumento de cerca de 9,15%, que serão analisadas no ponto 3.2.2 – Estrutura das Receitas Tributárias.

As **Transferências correntes** tiveram um aumento de 34,23%, o que revela uma tendência a qual deve ser dada importância, uma vez que se trata da rubrica que simultaneamente mais contribui para a Receita Municipal e evidencia a dependência da Autarquia das verbas provenientes da participação nos impostos do Estado. Contribui para este aumento a transferência de verbas provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, que resulta principalmente do reforço de competências e atribuições ao nível do ensino no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular e o recebimento de verbas referentes aos protocolos com a D.R.E.N – Direcção Regional de Educação Norte ainda relativos ao ano económico de 2006.

As **Vendas de Bens e Serviços** aumentaram consideravelmente, cifrando-se em +51,80%. Este aumento resulta principalmente do crescimento da receita proveniente do Aluguer de espaços e equipamentos e dos Mercados e Feiras. Neste agregado económico em 2007, foi ainda considerada a receita dos Resíduos sólidos que anteriormente se encontrava repartida entre o agregado das Taxas, multas e outras penalidades e o agregado dos Impostos Directos, o que explica também o aumento de verbas. No entanto, se compararmos especificamente a receita dos Resíduos sólidos, verifica-se uma diminuição de na ordem dos (-18,40%) que importará analisar à luz da nova legislação nomeadamente a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, defendendo-se a necessidade de reestruturar estas taxas respeitando o Princípio da justa repartição dos encargos públicos consagrada neste diploma.

Verifica-se, ainda, a perda de receita inerente à realização do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Marco de Canaveses. A diminuição real na receita torna-se agora mais perceptível uma vez que deixou de existir receita proveniente da gestão de águas e saneamento. Saliente-se que, de acordo com a cláusula 71.ª (Retribuição) do Contrato de Concessão efectuado, o Município recebeu 50% da verba no 2.º semestre de 2005, correspondendo ao montante de 1 milhão e vinte mil euros. Nos anos de 2006 e de 2007, não foi recebida a verba restante actualizada do Índice de Preço ao Consumidor, que acabaria por compensar, apenas este ano, a perda de receitas relativas a concessão das águas e saneamento.

A rubrica **Outras Receitas Correntes** apresenta montantes inferiores, no ano económico de 2007, tendo em conta essencialmente a arrecadação de verbas referentes a apólice de seguro de Acidentes de Trabalho da Cobertura de Salário Integral. Assim, o imprevisto das ocorrências justifica os valores diferenciados nos anos em análise.



No que se refere ao capítulo **Venda de Bens de Investimento**, existe um valor de € 43.099,91 em 2006, referente à expropriação amigável de uma parcela de terreno do Município necessária ao projecto de Modernização da Linha do Douro – Troço Caíde / Marco da empresa Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P. Esta é a única entrada de receita resultante de alienação nos dois períodos em análise, o que evidencia a procura do restabelecimento do equilíbrio financeiro sem recurso a receitas extraordinárias.

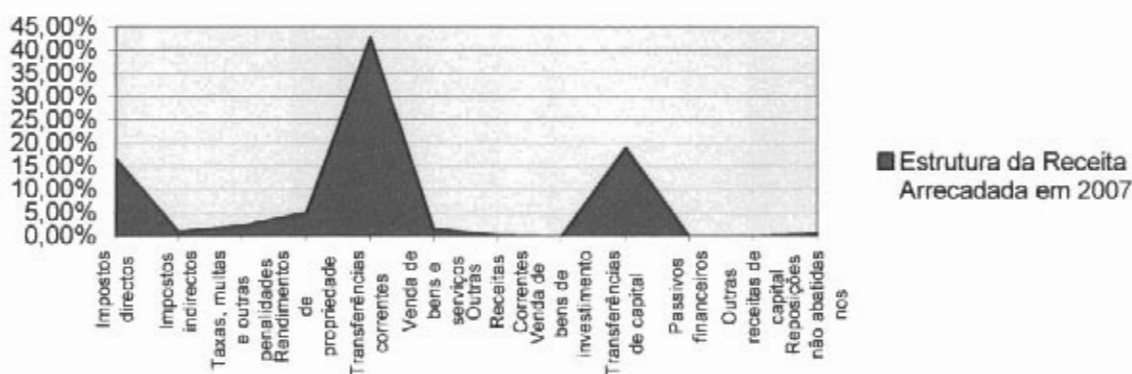
As **Transferências de capital** constituíram o maior apoio ao Município em termos de receitas de capital, tendo-se verificado uma diminuição de (-3,43%) em 2007 face ao período homólogo. As verbas arrecadadas provêm essencialmente da participação nos impostos do Estado e das comparticipações na execução financeira de obras. Neste ano de 2007, o Órgão Executivo apostou na preparação de candidaturas de projectos com possibilidade de comparticipação financeira, **ainda** no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (Q.C.A). A aprovação dos vistos por parte do Tribunal de Contas de algumas empreitadas do Município com candidaturas comunitárias aprovadas, possibilitará a entrada de comparticipações durante o primeiro semestre do ano de 2008, e de acordo com a execução das empreitadas, contrariando a redução de verbas ao nível das transferências de capital verificadas em 2006 e 2007. Refira-se, no entanto, que foram arrecadadas verbas no montante de € 627.235,77 provenientes do FEDER, representando um aumento de 183,39% face ao ano de 2006.

Quanto aos **Passivos Financeiros**, não existe nenhum valor na rubrica Passivos Financeiros nestes dois anos analisados, cumprindo-se as obrigações do Município nomeadamente a alínea c) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 322/85, de 6 de Agosto, isto é, a não contracção de novos empréstimos.

No ano de 2007, verificaram-se regularizações que originaram movimentos de montantes superiores ao do período homólogo de 2006 na rubrica **Reposições não Abatidas aos Pagamentos**.

A Estrutura da Receita arrecadada no ano de 2007 apresentada na Figura n.º 4 mostra as diferentes fontes de financiamento segundo o seu peso na receita total.

**Figura 4**  
**Estrutura da Receita Arrecadada em 2007**



A observação da Figura 4, permite também visualizar que as Transferências de capital representam 19,15% da Receita Total.

O montante de cerca de 16,07 milhões de euros arrecadados de Transferências correntes e de capital constituem efectivamente os dois agregados com maior peso no Orçamento da Receita, representando 61,99% da Receita Total.

### 3.2.2 – Estrutura das Receitas Tributárias

As receitas tributárias tiveram um aumento de 9,15% que importa desagregar pelas principais rubricas económicas de acordo com o quadro seguinte:

**Quadro V - Evolução das Receitas Tributárias**

Descrição	Receita arrecadada		Variação 2006/2007	
	2006	2007	Valores	%
<b>Impostos directos</b>	<b>3.901.827</b>	<b>4.347.978</b>	<b>446.151</b>	<b>11,43%</b>
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.640.723	1.874.295	233.572	14,24%
Impostos s/ Veículos	528.046	578.637	50.591	9,58%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imóv.	937.289	1.112.272	174.983	18,67%
Derrama	602.727	608.626	5.899	0,98%
Impostos Abolidos	<b>193.042</b>	<b>174.149</b>	<b>-18.893</b>	<b>-9,79%</b>
Contribuição Autárquica	113.071	35.044	-78.028	-69,01%
Imposto municipal de SISA	79.971	139.108	59.136	73,94%
<b>Impostos indirectos</b>	<b>335.002</b>	<b>236.396</b>	<b>-98.606</b>	<b>-29,43%</b>
<b>Taxas, multas e Out. Penalidades</b>	<b>492.593</b>	<b>577.749</b>	<b>85.156</b>	<b>17,29%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.729.421</b>	<b>5.162.123</b>	<b>432.702</b>	<b>9,15%</b>

Relativamente aos **Impostos directos** verificou-se um aumento significativo de receitas principalmente no Imposto Municipal de Imóveis com mais € 233.572, no Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis com um aumento efectivo no valor de € 174.983 e no imposto municipal abolido de SISA com um aumento de € 59.135, totalizando um aumento de 11,43% das receitas referentes aos Impostos directos.

Os **Impostos Indirectos** tiveram uma diminuição de (-29,43%) que se explica essencialmente pelo abrandamento da actividade no sector da Construção Civil na actual conjuntura económica que recaem sobre as unidades empresariais.

Na rubrica **Taxas, multas e outras penalidades**, a capacidade da Autarquia gerar receitas no exercício da sua autoridade administrativa, sofreu um aumento de receita total em € 85.156, isto é, (17,29%), em parte devido à actividade económica ligada ao sector da Construção Civil ao nível dos particulares ainda sustentada pela procura interna do concelho. O aumento da receita verifica-se ao nível dos loteamentos e obras e Licenças de obras particulares. Estas taxas aumentaram 37,93% e 39,38% face ao ano anterior. Em termos absolutos, o maior aumento verificou-se nos Loteamentos e obras com um valor de € 104.197,46. No entanto, estas taxas representam apenas 3,21% das receitas correntes e 2,23% das receitas totais.

A Figura 5 permite visualizar melhor a evolução das diferentes componentes das Receitas Fiscais, verificando-se um aumento generalizado de receita arrecadada à excepção dos Impostos Abolidos e das Taxas, multas e outras penalidades que diminuíram (-51,70%) e (-52,44%), respectivamente.

**Figura 5**  
**Estrutura da Receita Tributária**



Este cenário apresenta um impacto positivo na capacidade de gerar receita tributária, e contribuiu para assegurar um total de receita municipal durante o ano de 2007 superior ao do período homólogo, verificando-se, por um lado, um aumento da receita total em +23,54% e, por outro, a tendência tímida de redução da dependência da Autarquia dos recursos provenientes dos Impostos e das Transferências do Estado. Importa salientar que os condicionalismos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro inviabilizaram o recurso a Passivos Financeiros.

### 3.2.3 – Conceitos da Receita

#### Quadro VI - Análise da Receita

CONCEITOS DE RECEITA	VALOR	% REC. PROP	% REC. TOTAL
<b>Receitas Fiscais</b> (Imp. Directos + Imp. Indirectos + Taxas, Multas e O. Penalidades)	5.162.123,21 €	19,91%	19,91%
<b>Impostos Locais</b> (Imp. Directos)	4.347.978,45 €	16,77%	16,77%
<b>Recursos próprios</b> (Receitas Totais - Empréstimos)	25.924.297,13 €	100,00%	100,00%
<b>Recursos Alheios</b> (Empréstimos)			
<b>Transferências</b> (Correntes + Capital)	16.071.410,42 €	61,99%	61,99%
<b>Recursos Locais</b> (Recursos Próprios - Transferências Correntes e de Capital)	9.852.886,71 €	38,01%	38,01%
<b>Receita de Estrutura</b> (Imp. Directos + Transferências Correntes)	15.455.181,15 €	59,62%	59,62%
<b>Receitas Totais ...</b>	<b>25.924.297,13 €</b>		

O quadro VI apresenta um conjunto de conceitos que nos permite ter uma percepção mais clara do tipo e da natureza das receitas obtidas no ano de 2007.

No exercício económico de 2007, as receitas auferidas advêm essencialmente de Recursos Próprios do Município (100%), dentro dos quais se destacam as Transferências (61,99%) e as Receitas Fiscais (19,91%).

Ainda inserido nos Recursos Próprios da Autarquia, é de referir que os Recursos Locais totalizam € 9.852.886,71, representando 38,01% das receitas totais.

As Transferências (Correntes e de Capital) constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas directamente do Orçamento de Estado para o Município (O Fundo Geral Municipal, o Fundo de Coesão Municipal e o Fundo Base Municipal deram lugar ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de participações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), como era referido nos n.º 1, 2 e 3 do Artigo 10.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto) alterada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. Estes tipos de fundos não são considerados recursos financeiros locais dada a sua origem, apesar de constituírem fundos próprios da Autarquia.

### 3.3 – Análise das Despesas

#### 3.3.1 – Estrutura Económica e Evolução das Despesas

A despesa realizada pelo Município de Marco de Canaveses cifrou-se, no ano económico de 2007, em € 21.892.667,49, verificando-se um aumento de +20,44% em relação aos gastos efectuados no exercício económico de 2006. Este aumento é justificado simultaneamente, ao nível da despesa corrente, pelo reforço de competências e atribuições na função Educação no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular e encargos bancários, nomeadamente os juros; e ao nível da despesa de capital, pelo início da amortização dos empréstimos bancários do plano de reequilíbrio financeiro.

O quadro VII sistematiza a evolução dos principais agregados económicos da Despesa.

Quadro VII - Evolução da Despesa paga nos anos de 2006 e 2007

Unid: Euro

Rubrica da Despesa	2006	2007	Grau Exec 2006	Grau Exec 2007	Varição %
Despesa com o pessoal	6.277.946,34	6.436.816,81	96,830	96,907	2,53
Aquisição de bens e serviços	5.208.276,97	6.686.840,00	79,456	85,584	28,38
Transferências correntes	2.198.084,24	2.187.309,95	89,353	88,817	-0,49
Outras despesas correntes	536.851,18	187.911,92	90,818	76,226	-65,00
Juros e outros encargos	1.752.860,95	2.243.393,73	89,324	96,256	27,98
Total da Despesa Corrente	15.974.019,66	17.742.272,41	88,487	91,007	11,07
Aquisição de bens de capital	1.802.058,59	2.850.928,00	42,624	32,099	77,95
Transferências de capital	279.747,01	405.645,26	54,235	60,827	45,00
Outras despesas de capital	0,00	1.250,00	-	80,845	-
Passivos financeiros	321.366,45	892.571,82	43,664	89,254	177,74
Total da Despesa de Capital	2.203.172,05	4.150.395,08	43,930	39,340	88,38
<b>Total</b>	<b>18.177.191,71</b>	<b>21.892.667,49</b>	<b>78,800</b>	<b>72,865</b>	<b>20,44</b>

Num contexto de política orçamental restritiva, a despesa de natureza corrente teve ainda um aumento de +11,07% que importa analisar por rubricas.

A **Despesa com o pessoal** passou para o segundo lugar no ranking dos agregados com maior peso, representando 29,40% da despesa total paga. Esta rubrica económica sofreu um aumento reduzido de cerca de 2,53% na despesa realizada em 2007 comparativamente com o ano de 2006, e evidencia uma contenção sustentada ao longo deste ano que será analisado no ponto 3.3.3 – Análise das Despesas com o Pessoal.

Na rubrica de **Aquisições de Bens e Serviços** verifica-se um aumento da despesa de +28,39% no período em análise, face ao ano de 2006. Este aumento prende-se com o facto do Município ter vindo a efectuar o pagamento às entidades prestadoras dos serviços de Acção Social Escolar, como se pode observar pelo aumento em 335,85% da classificação económica Outros Trabalhos Especializados e que corresponde a um aumento efectivo de € 593.437,77.

A aposta nas obras por administração directa, manutenção e conservação de bens também teve reflexos neste aumento, reflectido na aquisição de recursos materiais com um aumento efectivo na rubrica Outros Bens no valor de € 157.300,04.

A conjuntura económica nomeadamente a pressão inflacionista sobre alguns bens reflectiu-se também no aumento dos preços dos combustíveis e lubrificantes originando um aumento de despesa de +19,40%.

No que se refere à classificação económica Limpeza e higiene, verifica-se um aumento de +60,91% justificado pela celebração do protocolo de acordo de pagamento de facturas em atraso entre o Município e a REBAT – Recolha e Valorização de Resíduos, S.A. e que está a ser cumprido.

Importa, ainda salientar que o facto do Município ter vindo a racionalizar e limitar algumas despesas correntes ao nível dos sectores administrativos, onde se procurou, a racionalização e consequente melhor afectação dos recursos materiais reduziu-se em (-24,04%) a execução de despesas de material de escritório neste ano económico de 2007, comparando-o com o ano de 2006.

A introdução de procedimentos mais rigorosos de contratação pública e respectivo controlo da despesa, permitiu através do sector de Aprovisionamento a redução nas prestações de serviços nomeadamente na rubrica Outros serviços em (-9,71%).

As **Transferências correntes** pagas mantiveram-se com valores praticamente idênticos aos do ano anterior, verificando-se uma redução de (-0,49%). A demora de envio das transferências da Direcção Regional de Educação do Norte – DREN originou atrasos na execução das transferências respeitantes ao ano de 2005, que foram pagas no ano de 2006 às respectivas entidades competentes no âmbito dos protocolos estabelecidos com o Autarquia, o que explica que em 2007, comparativamente não se identifique aumentos. No entanto, a delegação de novas competências do Município, proveniente da Administração Central, para



as Juntas de Freguesia no âmbito das refeições para as escolas EB1's originou mais despesa face ao período homólogo.

Na rubrica **Outras despesas correntes**, verificou-se uma diminuição de (-65,00%) explicado pela redução do montante de I.V.A pago no ano de 2007 comparativamente com o ano de 2006, justificado pela perda de receita relativa à gestão das águas e saneamento, pela redução em (-11,11%) de valor pago nos reembolsos e outras restituições. A maior redução no valor efectivo de € -290.990,77 ocorreu na sub-rubrica Outras referente às regularizações, indemnizações e outras despesas realizadas no ano económico de 2007.

O valor de **Juros e outros encargos** teve um aumento total de +27,98% comparativamente com o ano económico de 2006. Aqui podemos observar, que relativamente aos juros dos empréstimos de médio e longo prazos, no âmbito do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, verificou-se um aumento efectivo de € 454.018,17 fruto da subida contínua das taxas de juro indexadas à taxa de referência Euribor do Banco Central Europeu. Os encargos relativos aos empréstimos de médio e longo prazos encontram-se retratados no ponto 3.3.4 – Serviço da Dívida.

No que se refere às **Despesas de capital**, verifica-se um aumento elevado da execução em 2007 face ao ano económico de 2006 de +88,38%.

As **Transferências de capital** executadas aumentaram em termos globais. As Freguesias mantiveram sensivelmente os mesmos valores pagos em 2007 face ao ano de 2006. As Instituições sem fins lucrativos aumentaram em +88,21%, isto é, mais € 130.936,57.

O Órgão Executivo **ainda** aguarda orientações e suporte legal das entidades supervisoras competentes para o pagamento após análise e verificação da realização efectiva das obras apoiadas através das deliberações anteriormente tomadas, sem objecto de cabimentação prévia. Só assim, será permitida a execução das medidas definidas na análise e verificação da realização efectiva das obras apoiadas através das deliberações anteriormente tomadas, sem objecto de cabimentação prévia, e permitirá a definição de critérios na assunção destes compromissos assumidos.

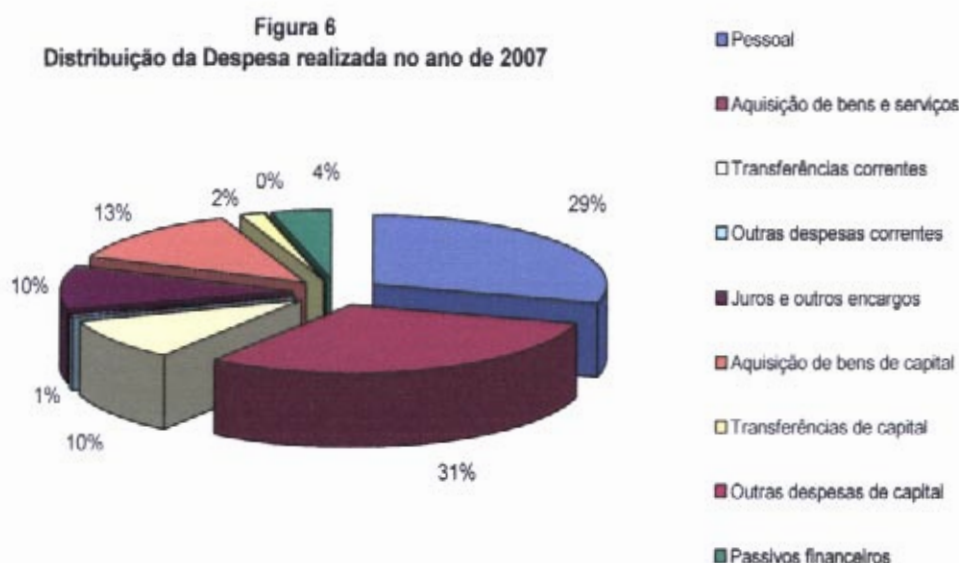
As despesas pagas no ano económico de 2007 referentes às **Aquisições de bens de capital** e às **Transferências de capital** foram no montante de € 2.850.928,00 e € 405.645,26, representando aumentos de Despesa executada de +77,95% e de +45,00%, respectivamente.

No que concerne a rubrica Aquisição de bens de capital, se analisarmos o grau de execução em 2006 e em 2007, estes representam 42,62% e 32,10%, respectivamente. No ano de 2007, o montante total de compromissos de investimentos (destacando-se os participados aguardando alguns ainda o visto do Tribunal de Contas) definidos no Plano Plurianual de Investimentos cifram-se em 8,04 milhões de euros, o que representa um aumento de +170,84% face ao ano económico de 2006.

Na rubrica **Outras despesas de capital** verificou-se a concretização do pagamento da participação financeira no valor de € 1.250,00 na entidade DOLMEN – Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, C.R.L deliberada em 1997, não existindo nenhum movimento no ano de 2006.

Relativamente à rubrica de **Passivos Financeiros**, no ano de 2007 a amortização de capital teve já um peso significativo, uma vez que contempla todo o ano económico, comparativamente ao ano de 2006, tendo sido pago em valor absoluto € 892.571,82.

A Figura 6 demonstra o peso da Despesa efectuada pelos agregados económicos mais representativos no ano de 2007.



### 3.3.2 – Estrutura do Investimento – Plano Plurianual de Investimentos

Em 2007, o Investimento directo executado pelo Município de Marco de Canaveses ascende aos 2,9 milhões de euros e representa 23,60% do orçamentado.

A limitação das despesas de investimento resulta dos requisitos legais impostos pelo C.R.F e que fixam o montante limitado ao valor da Receita corrente, acrescido da componente capital do FGM, FCM e FBM, deduzido das despesas obrigatórias.

Apesar das limitações, verificou-se um aumento de +77,95% de execução em 2007 face ao período homólogo, cifrando-se nos montantes de € 2.850.928,00 e € 1.602.058,59, respectivamente. A limitação ao nível da execução dos principais investimentos previstos pelo Órgão Executivo no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007 deveu-se ao facto de se tratarem de empreitadas com candidaturas dos seus projectos com participação financeira, ainda no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (Q.C.A), que

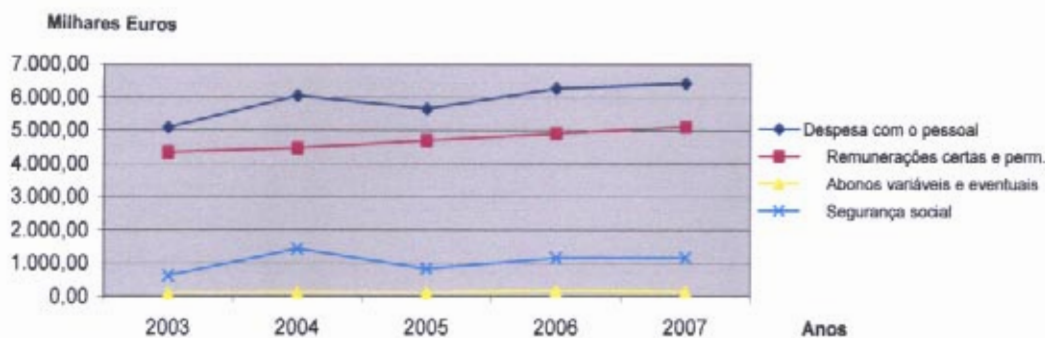
aguardam a aprovação dos vistos do Tribunal de Contas, o que explica a reduzida execução orçamental em termos de investimentos realizados e pagos.

A execução de todo o investimento pode ser observada através do Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos apresentado na Prestação de Contas.

### 3.3.3 – Análise das Despesas com o Pessoal

A **Despesa com o pessoal** no ano económico de 2007 desceu para segundo lugar como agregado com maior peso, representando 29,40% da despesa total paga, encontrando-se em primeiro lugar, a despesas com a Aquisição de bens e serviços que representa 30,54%.

**Figura 7**  
Evolução da Despesa paga c/ Pessoal



No ano económico de 2006, a despesa total realizada com o pessoal foi de € 6.277.946,34 enquanto que, no ano de 2007, este valor praticamente estagnou, verificando-se um aumento de 2,53%, totalizando o montante de € 6.436.816,81 que importa analisar através das suas principais componentes.

Nesta análise anual, verifica-se que o aumento da despesa paga com o pessoal é reflexo principalmente do aumento da despesa paga com a componente Remunerações certas e permanentes.

O aumento em termos de valores absolutos da despesa com o pessoal cifrou-se em € 158.870,47. Este aumento dos seus encargos globais deveu-se aos seguintes factores:

- aumento resultante da delegação de competências da Administração Central no montante de € 78.136,79 nos termos do Despacho n.º 12591/2006, de 26 de Junho referente à Promoção das Actividades de Enriquecimento Curricular (professores de actividade física e desportiva);
- aumento no valor de € 81.854,34 resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos nos termos da Portaria n.º 88-A/2007, de 18 de Janeiro;

Neste ano económico de 2007, verificou-se em termos de admissão de pessoal a qualquer título, a entrada de treze colaboradores e simultaneamente a saída de doze colaboradores através de rescisão a qualquer título.

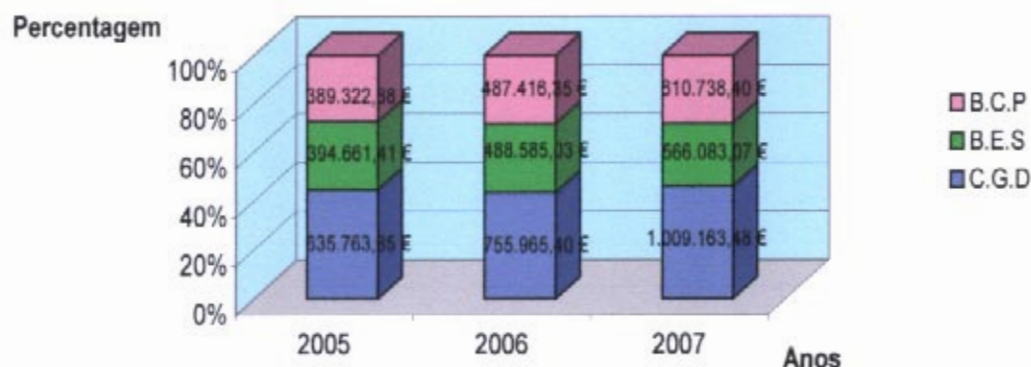
O grau elevado de execução nos anos de 2006 e de 2007 de 96,83% e 96,91%, respectivamente, revelam de forma objectiva a vontade do actual Órgão Executivo em assegurar a cobertura dos compromissos com o pessoal, isto é, assegurar esta despesa obrigatória de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 322/85, de 6 de Agosto.

### 3.3.4 – Serviço da Dívida

No que se refere ao Serviço da Dívida, terminou em Setembro de 2006, o período de carência de dois anos, existindo já despesa realizada com a amortização de capital dos empréstimos contraídos no valor de € 321.366,45 nesse ano e € 892.571,82 em 2007.

De forma a possibilitar um estudo comparativo, analisaram-se as execuções efectivas anuais do último triénio relativas aos juros dos três empréstimos de médio e longo prazos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, pelo que se verifica um aumento global anual em 2007 no montante de € 766.236,81, ou seja, de +53,97% face ao ano base de 2005, conforme se demonstra na Figura 8.

**Figura 8**  
**Encargos Bancários - Anuais**



Os encargos assumidos apenas relativos aos juros dos empréstimos foram no valor de € 1.731.966,78 e de € 2.185.984,95, nos anos de 2006 e 2007, respectivamente. Este aumento resulta da subida contínua da taxa de juro indexada à Euribor, contribuindo para o aumento da Despesa Corrente sem qualquer hipótese de controlo por parte do Órgão Executivo.

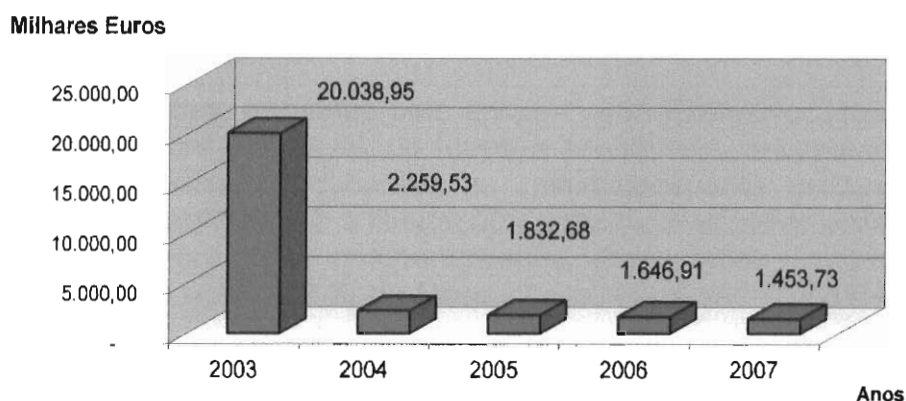
Saliente-se que, o Município está impedido de contrair empréstimos e assumir encargos que não estejam previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro.

Os Mapas de Empréstimos apresentados na Prestação de Contas permitem visualizar a informação dos encargos efectivos discriminados por empréstimo e por instituição de crédito.

### 3.3.5 – Evolução do Endividamento

No que concerne ao endividamento, o Município tendencialmente tem vindo a reduzir o endividamento ao nível das Outras Dívidas a Terceiros, apresentando o valor total de € 1.453.725,93 no fim do ano de 2007. Podemos observar um decréscimo de dívidas a terceiros de (-11,73%) e de (-35,66%) face ao montante existente no período homólogo de 2006 e no ano de 2004, respectivamente, como demonstra a Figura 9.

**Figura 9**  
Evolução das Outras Dívidas a Terceiros



No entanto, a dívida titulada apresentada no final do ano transacto, continua a não reflectir ainda os montantes de transferências de capital assumidos pelo Órgão Executivo em 2005 e que não foram sujeitos a cabimentação prévia, mantendo-se o valor de € 3.104.837,60.

O actual Órgão Executivo aguarda uma tomada de posição por parte do Governo sobre um estudo apresentado com a pretensão de concomitantemente diferir o período de carência dos empréstimos de dois anos para cinco anos e contrair um empréstimo adicional de 5,5 milhões de euros para regularizar a dívida de curto prazo existente.

Entretanto, esta dívida de curto prazo foi transformada em dívida de médio e longo prazos como se pode analisar no Mapa das Grandes Opções do Plano do ano 2007.

Esta foi a solução encontrada para plasmar todos os compromissos assumidos nos documentos previsionais do ano de 2007 e com carácter plurianual sem pôr em causa o Princípio do Equilíbrio Orçamental.

Em suma, continua a verificar-se a existência de dívida a terceiros de curto prazo no montante de 7,1 milhões, em 31-12-2007, diferida para o ano de 2009 e seguintes e resumidamente se discrimina a seguir:

Quadro 6 - Endividamento de Curto Prazo do ano 2007

Unid: Euro	
Dívida a terceiros - Curto prazo	Em 31-12-2007
Outras Dívidas a Terceiros	1.453.725,93
Transferências por cabimento	3.104.837,60
Aquisição de Cine-teatro	989.159,00
Taxa de Saneamento-Águas do Marco	1.028.906,26
Prest. Serv - Entrega e Recepção de R.S.U	564.878,83
<b>Dívidas Curto prazo consolidadas</b>	<b>7.141.507,62</b>

Estas responsabilidades, herdadas pelo actual Órgão Executivo, foram diferidas no tempo com carácter plurianual, de forma a possibilitar concomitantemente a preparação de medidas conducentes ao restabelecimento gradual de uma situação financeira equilibrada e a libertação de meios financeiros para aproveitar as despesas de investimento participadas, em estreito cumprimento das limitações fixadas no ponto 3.2.3) do Despacho conjunto n.º 170/2004, de 26 de Março.

### 3.3.6 – Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A classificação funcional da Despesa permite obter a informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pela Autarquia, em diversas áreas de intervenção associando-se a funções pré-determinadas para a globalidade das despesas públicas.

O quadro VIII apresenta as despesas definidas nas grandes Opções do Plano, comparando os seus montantes previstos com os montantes executados, possibilitando a medição do alcance dos objectivos finais por funções.

Grande parte das atribuições e competências das Autarquias encontram-se centradas nas Funções sociais. O Município de Marco de Canaveses não fugindo à regra, absorveu a maior parcela do Orçamento com esta função, totalizando cerca de 6,6 milhões de euros, representando 66,60% da aplicação por função do orçamento e com um grau de execução de 54,18%.

As subfunções da Educação tiveram um peso significativo (30,87%) do orçamento executado, tendo contribuído essencialmente as transferências de verbas para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos estabelecidos em parceria entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a D.R.E.N, bem como os encargos inerentes aos serviços auxiliares de educação, destacando-se os Transportes escolares.

Os Serviços Gerais de Administração Pública foram a segunda área de intervenção representando 18,22% do orçamento executado e totalizando o valor de € 1.801.729,31.

A subfunção Resíduos sólidos atingiu um grau de execução de 94,52%, representando 17,14% do orçamento executado, não devendo ser ignorado o seu peso. Assim, importa analisar os preços como instrumentos de remuneração dos serviços prestados, não devendo ser inferiores aos custos, directa e

indirectamente suportados, no âmbito de uma gestão de resíduos sólidos que se pretende sustentada.

Das Funções Económicas existentes, destacou-se a subfunção Transportes e Comunicações como sendo a que mais contribuiu com o montante em termos absoluto de € 1.077.065,52. A percentagem dos montantes executados foi de 55,40%, o que contribuiu fundamentalmente para o grau de execução global das Funções Económicas de 54,69%.

O ano de 2007 permitiu, ao nível das Grandes Opções do Plano, um crescimento efectivo da execução do Orçamento municipal de +40,58%, ou seja, atingiu o montante de 9,9 milhões de euros.

### **3.3.7 – Grandes Opções do Plano**

O mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano apresentado na Prestação de Contas discrimina as Grandes Opções do plano por objectivos, programas e projectos, apresentando a Despesa prevista e os montantes executados. Pela análise do mapa, verifica-se um nível de execução anual de 58,88% e de nível de execução global previsto de 33,19%.

## Câmara Municipal de Marco de Canaveses

(Un.: euro)

Quadro VIII - ORÇAMENTO 2007 Função / Subfunções	Grandes Opções do Plano		
	Previsto	Executado	%
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>2.179.274,01 €</b>	<b>1.897.729,31 €</b>	<b>87,08%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>2.083.264,01 €</b>	<b>1.801.729,31 €</b>	<b>86,49%</b>
1.1.1 Administração geral	2.083.264,01 €	1.801.729,31 €	86,49%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>96.010,00 €</b>	<b>96.000,00 €</b>	<b>99,99%</b>
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	96.010,00 €	96.000,00 €	99,99%
<b>2 Funções sociais</b>	<b>12.158.776,84 €</b>	<b>6.587.140,96 €</b>	<b>54,18%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>3.444.049,58 €</b>	<b>3.053.284,27 €</b>	<b>88,65%</b>
2.1.1 Ensino não superior	95.070,00 €	20.986,88 €	22,08%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	3.348.979,58 €	3.032.297,39 €	90,54%
<b>2.2.0 Saúde</b>			
2.2.1 Serviços individuais de saúde			
<b>2.3.0 Segurança e Acções Sociais</b>	<b>49.983,40 €</b>	<b>41.249,40 €</b>	<b>82,53%</b>
2.3.1 Segurança social			
2.3.2 Acção social	49.983,40 €	41.249,40 €	82,53%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos</b>	<b>6.449.585,74 €</b>	<b>2.614.036,80 €</b>	<b>40,53%</b>
2.4.1 Habitação			
2.4.2 Ordenamento do território	577.100,28 €	372.797,87 €	64,60%
2.4.3 Saneamento	3.022.129,50 €	530.773,22 €	17,56%
2.4.4 Abastecimento de água	5.806,00 €		0,00%
2.4.5 Resíduos sólidos	1.803.288,82 €	1.695.465,71 €	94,02%
2.4.6 Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1.041.261,14 €	15.000,00 €	1,44%
<b>2.5.0 Serviços Culturais Recreativos e Religiosos</b>	<b>2.215.158,12 €</b>	<b>878.570,49 €</b>	<b>39,66%</b>
2.5.1 Cultura	402.824,69 €	190.627,56 €	47,32%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	1.812.313,43 €	687.942,93 €	37,96%
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	20,00 €		0,00%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>2.296.946,57 €</b>	<b>1.256.129,00 €</b>	<b>54,69%</b>
<b>3.1.0 Agriculturas, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>	<b>104.381,63 €</b>	<b>50.067,36 €</b>	<b>47,97%</b>
<b>3.2.0 Indústria e energia</b>	<b>162.020,00 €</b>	<b>98.051,66 €</b>	<b>60,52%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>1.944.104,56 €</b>	<b>1.077.065,52 €</b>	<b>55,40%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	1.944.104,56 €	1.077.065,52 €	55,40%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>1.020,00 €</b>		<b>0,00%</b>
3.4.1 Mercados e Feiras e Turismo			
3.4.2 Turismo	1.020,00 €		0,00%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>	<b>85.420,38 €</b>	<b>30.944,46 €</b>	<b>36,23%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>162.629,00 €</b>	<b>149.400,28 €</b>	<b>91,87%</b>
4.1.0 Operações da dívida autárquica			
4.2.0 Transf.entre administrações	162.629,00 €	149.400,28 €	91,87%
4.3.0 Diversas não especificadas			
<b>Total ...</b>	<b>16.797.626,42 €</b>	<b>9.890.399,55 €</b>	<b>58,88%</b>



## IV – Desempenho Económico – Financeiro

### 4.1 – Análise da Estrutura do Balanço

O Balanço é um mapa que apresenta a posição patrimonial do Município, reportada ao final do exercício económico. Este mapa constitui uma estrutura devidamente agrupada e classificada dos Activos, Passivos e Fundos Próprios.

O Balanço equaciona três tipos de massas patrimoniais:

1 - Apuramento contabilístico do Activo, que se encontra dividido em três grupos: Activo Circulante, Activo Fixo e Acréscimos e diferimentos;

2 - Apuramento contabilístico do Passivo, que se encontra dividido em três grupos: Passivo Circulante, Passivo de Médio e Longo Prazo e Acréscimo e diferimentos;

3 - Determinação dos Fundos Próprios.

O Quadro IX apresenta de seguida a estrutura patrimonial da Autarquia Local, e a sua evolução no exercício de 2007, face ao Balanço Inicial identificado à data de 01/01/2007.

Pelos valores apresentados constata-se que o Activo cresceu 10,93% em 2007. Os Fundos Próprios aumentaram, efeito dos Resultados Líquidos apresentados, no valor de € 4.245.628,20 e o Passivo de curto prazo sofreu uma diminuição de (-11,73%).

Analisando-se as rubricas do Balanço, podemos observar em termos de evolução do **Activo** que:

As **Imobilizações líquidas** apresentadas em 31/12/2007 aumentaram em 7,82%, tendo contribuído por um lado, a regularização e registo de alguns bens imóveis e por outro, a transferência de imobilizado referente a empreitadas finalizadas que foram avaliadas e registadas.

No entanto, este aumento está ainda longe de reflectir a totalidade do imobilizado da Autarquia, uma vez que ainda não foi possível recolher toda a informação dos bens móveis e imóveis existentes no Município, nomeadamente a avaliação dos bens adquiridos anteriores ao ano económico de 2003. Também ainda não se finalizou o processo de identificação e avaliação dos bens de domínio público. Trata-se de um processo complexo, e que temos plena consciência de que será um processo algo moroso.

O valor do Imobilizado Bruto em 31/12/2007 totalizou o montante de € 38.238.911,52, tendo-se verificado o montante de amortizações no valor de € 1.217.167,72, resultando um Imobilizado líquido de € 37.021.743,8.

## Quadro IX - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

Descrição	2006		2007		Var %
	Valor	Peso	Valor	Peso	
<b>Activo Fixo</b>					
Imobilizado	33.952.789,40 €	89,57%	36.636.478,75 €	87,13%	7,90%
Investimentos financeiros	384.015,05 €	01,01%	385.265,05 €	00,92%	00,33%
<b>Total do activo fixo ...</b>	<b>34.336.804,45 €</b>	<b>90,59%</b>	<b>37.021.743,80 €</b>	<b>88,04%</b>	<b>07,82%</b>
<b>Activo circulante</b>					
Existências	0,00 €	00,00%	0,00 €	00,00%	00,00%
Dívidas de terceiros	174.102,79 €	00,46%	180.965,62 €	00,43%	03,94%
Disponibilidades	3.353.116,90 €	08,85%	4.794.011,18 €	11,40%	42,97%
<b>Total do activo circulante ...</b>	<b>3.527.219,69 €</b>	<b>09,31%</b>	<b>4.974.976,80 €</b>	<b>11,83%</b>	<b>41,05%</b>
Custos diferidos	41.130,40 €	00,11%	52.553,30 €	00,12%	27,77%
<b>Activo líquido total ...</b>	<b>37.905.154,54 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>42.049.273,90 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,93%</b>
<b>Passivo fixo</b>					
<b>Fundos próprios:</b>					
Património	- 12.066.276,37 €	-31,83%	- 10.408.589,28 €	-24,75%	-13,74%
Reservas legais	240.386,97 €	00,63%	316.967,96 €	00,75%	31,86%
Resultados transitados					
Resultado líquido	1.531.619,80 €	04,04%	4.245.628,20 €	10,10%	177,20%
<b>Total fundos próprios ...</b>	<b>- 10.294.269,60 €</b>	<b>-27,16%</b>	<b>- 5.845.993,12 €</b>	<b>-13,90%</b>	<b>-43,21%</b>
<b>Passivo de médio e longo prazo:</b>					
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	44.678.633,55 €	117,87%	43.876.716,27 €	104,35%	-01,79%
<b>Total passivo de médio e longo prazo ...</b>	<b>44.678.633,55 €</b>	<b>117,87%</b>	<b>43.876.716,27 €</b>	<b>104,35%</b>	<b>-01,79%</b>
<b>Provisões para riscos e encargos</b>	<b>949.900,00 €</b>	<b>02,51%</b>	<b>949.900,00 €</b>	<b>02,26%</b>	<b>00,00%</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Dívidas a terceiros - curto prazo	1.646.165,01 €	04,34%	1.453.090,51 €	03,46%	-11,73%
<b>Total passivo circulante ...</b>	<b>1.646.165,01 €</b>	<b>04,34%</b>	<b>1.453.090,51 €</b>	<b>03,46%</b>	<b>-11,73%</b>
Acréscimos de custos	703.392,00 €	01,86%	772.084,00 €	01,84%	09,77%
Proveitos diferidos	221.333,58 €	00,58%	843.476,24 €	02,01%	281,09%
<b>Acréscimos e diferimentos ...</b>	<b>924.725,58 €</b>	<b>02,44%</b>	<b>1.615.560,24 €</b>	<b>03,84%</b>	<b>74,71%</b>
<b>Passivo líquido total ...</b>	<b>37.905.154,54 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>42.049.273,90 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,93%</b>

No **Activo Circulante** verificou-se um aumento generalizado em 2007, representando um aumento de 41,05% comparativamente com o ano de 2006, originado principalmente pelo aumento significativo das Disponibilidades existentes, traduzidas em poupança financeira.

Os **Custos diferidos** representaram 0,12% do Activo total, tendo existido um aumento de 27,77%.

Analisando-se as rubricas do Balanço, podemos observar em termos de evolução do **Passivo** que:

Ao nível dos **Fundos Próprios**, o Resultado Líquido foi de valor positivo e contribuiu para reduzir o montante negativo do Total de Fundos Próprios para o montante de € (-5.845.993,12), isto é, (-43,21%).

Uma vez que o Activo não reflecte ainda uma imagem verdadeira do Município nomeadamente no que respeita ao Imobilizado, e sendo o Património resultado da diferença entre o Activo e o Passivo, também os Fundos Próprios ainda não reflectem o valor real.

O **Passivo de médio e longo prazo** retrata a dívida relativa à celebração do Contrato de Reequilíbrio Financeiro no montante de 43,9 milhões de euros. Saliente-se que ao longo deste ano económico, foram pagos os montantes referentes à amortização de capital de dois empréstimos.

As **Dívidas a terceiros – curto prazo** sofreram uma redução significativa de (-11,73%), representando o montante de € 1.453.090,51 (Inclui as dívidas a clientes traduzidas em reembolsos emitidos), o que revela uma preocupação por parte do Órgão Executivo em controlar a dívida corrente.

## 4.2 – Análise da Estrutura de Demonstração de Resultados

No que concerne a actividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de custos no valor de cerca de 18,09 milhões de euros e de Proveitos no montante de 22,34 milhões de euros. Desta situação obteve-se um Resultado Líquido positivo de € 4.245.628,20, que se reflecte do seguinte modo:

Quadro X - Demonstração dos Resultados por Actividade

Actividade	2006		2007		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
<b>Custos e perdas</b>						
Fornecimentos e serviços externos	5.322.285,30 €	29,39%	6.560.074,95 €	36,26%	1.237.789,65 €	23,26%
Custos com pessoal	6.742.056,76 €	37,24%	6.219.763,85 €	34,37%	-522.292,91 €	-07,75%
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.244.178,30 €	12,39%	2.181.843,49 €	12,06%	-62.334,81 €	-02,78%
Amortizações do exercício	271.397,36 €	01,50%	399.433,14 €	02,21%	128.035,78 €	47,18%
Provisões do exercício	949.900,00 €	05,25%	0,00 €	00,00%	-949.900,00 €	-
Outros custos e perdas operacionais	145.153,86 €	00,80%	106.391,20 €	00,59%	-38.762,66 €	-26,70%
Custos e perdas financeiros	1.734.326,54 €	09,58%	2.245.303,56 €	12,41%	510.977,02 €	29,46%
Custos e perdas extraordinários	697.160,25 €	03,85%	381.445,11 €	02,11%	-315.715,14 €	-45,29%
<b>Total ...</b>	<b>18.106.458,37 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.094.255,30 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>-12.203,07 €</b>	<b>-00,07%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>						
Vendas e prestações de serviços	225.976,71 €	01,15%	330.877,09 €	01,48%	104.900,38 €	46,42%
Impostos e taxas	4.721.211,23 €	24,04%	5.138.581,71 €	23,00%	417.370,48 €	08,84%
Proveitos suplementares	12.911,14 €	00,07%	0,00 €	00,00%	-12.911,14 €	-
Transferências e subsídios obtidos	13.193.889,90 €	67,19%	15.477.067,76 €	69,28%	2.283.177,86 €	17,30%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	00,00%	0,00 €	00,00%	0,00 €	00,00%
Proveitos e ganhos financeiros	1.276.716,67 €	06,50%	1.323.850,89 €	05,93%	47.134,22 €	-
Proveitos e ganhos extraordinários	207.372,52 €	01,06%	69.506,05 €	00,31%	-137.866,47 €	-66,48%
<b>Total ...</b>	<b>19.638.078,17 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.339.883,50 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.701.805,33 €</b>	<b>13,76%</b>
<b>Resultado líquido do exercício ...</b>	<b>1.531.619,80 €</b>		<b>4.245.628,20 €</b>		<b>2.714.008,40 €</b>	<b>177,20%</b>

Analisando-se as rubricas da Demonstração de Resultados, podemos observar em termos de evolução de **Custos e Perdas** uma estagnação, traduzida em (-00,07%).

As **despesas correntes** referentes aos Fornecimentos e serviços externos e os Custos e Perdas Financeiros foram as que mais aumentaram, em termos percentuais +23,26% e +29,46%, respectivamente.

A rubrica de **Custos e Perdas Extraordinários** sofreu uma descida de cerca de (-45,29%). Em 2006, o montante atingido foi superior a 690 mil euros enquanto que, no ano económico de 2007, o valor rondou os 380 mil euros.

Analisando-se as rubricas da Demonstração de Resultados, podemos observar em termos de evolução de **Proveitos e Ganhos** um aumento de +13,76%.

Verificou-se um aumento nas receitas próprias da Autarquia Local na rubrica de **Vendas e prestações de serviços** no valor de € 104.900,38 (+46,42%), originado fundamentalmente pela afectação, em 2007, da receita de Resíduos sólidos no agregado de rubricas de Prestações de serviços e que se encontrava anteriormente nas componentes Impostos indirectos e nas taxas, multas e outras penalidades. A rubrica **Impostos e taxas** teve um aumento significativo no valor de € 417.370,48 (+08,84%), resultado em parte do aumento dos impostos directos arrecadados.

Quanto às **Transferências e subsídios obtidos** que representam cerca de 69% do peso total dos proveitos e ganhos, verifica-se um aumento de +17,30%, fruto principalmente do reforço de competências e atribuições ao nível do ensino no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, do recebimento de verbas referentes aos protocolos com a D.R.E.N – Direcção Regional de Educação Norte ainda relativos ao ano económico de 2006 e das participações.

Verificou-se também uma diminuição nos **Proveitos e Ganhos Extraordinários** em termos absoluto de € -137.866,47 devido principalmente à diminuição de entrada excepcional de verbas no ano de 2007.

Em suma, no ano económico de 2007, verificou-se um **Resultado Líquido Positivo** no montante de 4,2 milhões de euros, representando uma variação positiva de +177,20%.